



Judiciário paulista pede R\$ 5,8 bilhões para 2007

O Judiciário paulista quer enfrentar seus desafios no ano que vem com um orçamento de R\$ 5,79 bilhões. A cifra é quase R\$ 2 bilhões menor que o total pedido pela presidência do Tribunal de Justiça para 2006 mas é quase R\$ 2 bilhões maior que o efetivamente recebido neste ano.

O Judiciário pediu para 2006 R\$ 7,8 bilhões. O montante era para fazer frente às despesas com pessoal, custeio e investimentos, mas o governo só liberou R\$ 3,9 bilhões.

A proposta para o ano que vem foi apresentada nesta segunda-feira (31/7) ao governador Cláudio Lembo, que compareceu pessoalmente à sede do TJ. Em entrevista à Consultor Jurídico no início do ano, o presidente do TJ, desembargador Celso Limongi, afirmou que o grande obstáculo para enfrentar todas as deficiências da justiça estadual era o orçamento reduzido que herdou em 2006.

A proposta para o ano que vem tem o valor exato de R\$ 5.796.476.974,00. Desse total, R\$ 46,7 milhões estão previstos para o Tribunal de Justiça Militar. O Judiciário paulista tem 56 circunscrições judiciárias, com 309 fóruns no interior do Estado, 11 fóruns regionais na capital, 1.189 varas e 371 unidades judiciárias auxiliares.

Cada unidade é composta por juizados especiais cíveis e criminais, juizados informais de conciliação, serviços anexos das Fazendas e dos setores de Execução, inquéritos policiais e precatórios cíveis. Todo este complexo funciona em 661 prédios espalhados por todo o Estado.

Para o ano que vem está prevista a instalação de 140 varas judiciais e 50 de juizados especiais. O objetivo é atender a crescente demanda da população e corresponder ao compromisso com a agilização na prestação dos serviços, sobretudo com a tramitação processual.

A proposta destaca que o Tribunal de Justiça tem feito mais com menos. Sua recente reestruturação reduziu diversos cargos de direção, chefia, divisões e departamento. Além disso, ampliou as instalações e deu continuidade ao programa de informatização.

O governador fez questão de salientar que esta foi a primeira vez que um chefe do Poder Executivo estadual compareceu ao Tribunal para receber pessoalmente a peça orçamentária. Mas a liberação da verba não será feita por ele, mas sim pelo governador a ser eleito em outubro.

A proposta de orçamento de 2006 foi de R\$ 7,8 bilhões, dos quais foram liberados R\$ 3,9 bilhões. O presidente do TJ tem defendido a definição na Constituição Estadual de um percentual fixo do Orçamento do Estado, em torno de 6%, para o Poder Judiciário, como forma de assegurar sua autonomia financeira.

Date Created

31/07/2006